

ANEXO II — CONDIÇÕES GERAIS

Índice

ANEXO II — CONDIÇÕES GERAIS	1
Índice	1
Parte I: Disposições aplicáveis às atividades relativamente às quais o país parceiro é a autoridade contratante	2
Artigo 1.º - Princípios gerais	2
Artigo 2.º - Prazo para a assinatura dos contratos e acordos pelo país parceiro	5
Artigo 3.º - Exclusão e sanções administrativas	6
Artigo 4.º - Delegação parcial	8
Artigo 5.º - Componente «fundos para adiantamentos» do orçamento-programa ..	10
Artigo 6.º - Fundo comum gerido pelo país parceiro	13
Artigo 7.º — Publicação de informações sobre contratos públicos e contratos de subvenção por parte do país parceiro	14
Artigo 8.º - Recuperação de fundos	15
Artigo 9.º - Pedidos de financiamento a título dos contratos e acordos	15
Artigo 10.º - Ultrapassagem dos custos e cobertura do excesso	16
Parte II: Disposições aplicáveis ao apoio orçamental	16
Artigo 11.º - Diálogo sobre as ações a empreender	16
Artigo 12.º - Verificação das condições e pagamento	16
Artigo 13.º - Transparência do apoio orçamental	17
Artigo 14.º - Recuperação de apoio orçamental	17
Parte III: Disposições aplicáveis à presente ação no seu conjunto, independentemente do modo de gestão	17
Artigo 15.º - Período de execução e prazo para a celebração dos contratos	17
Artigo 16.º - Verificações e controlos por parte da Comissão, do Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF) e do Tribunal de Contas Europeu	18
Artigo 17.º - Obrigações do país parceiro no âmbito da luta contra irregularidades, fraude e corrupção	19
Artigo 18.º - Suspensão dos pagamentos	19
Artigo 19.º - Afetação dos fundos recuperados pela Comissão à ação	20
Artigo 20.º - Direito de estabelecimento e de residência	20
Artigo 21.º - Disposições fiscais e aduaneiras e regime cambial	21
Artigo 22.º - Confidencialidade	21
Artigo 23.º - Utilização de estudos	21
Artigo 24.º - Consultas entre a Comissão e o país parceiro	22
Artigo 25.º - Alteração da presente convenção de financiamento	22
Artigo 26.º - Suspensão da presente convenção de financiamento	23
Artigo 27.º - Rescisão da presente convenção de financiamento	24
Artigo 28.º - Modalidades de resolução de litígios	24

Parte I: Disposições aplicáveis às atividades relativamente às quais o país parceiro é a autoridade contratante

Artigo 1.º - Princípios gerais

- 1.1 O objetivo desta Parte I é definir as tarefas da responsabilidade do país parceiro no âmbito da gestão indireta, tal como descrito no anexo I (Disposições Técnicas e Administrativas), e definir os direitos e obrigações do país parceiro e da Comissão na execução dessas tarefas.

A Parte I aplica-se às tarefas relacionadas unicamente com a contribuição da UE ou em combinação com os fundos do país parceiro ou de um terceiro, caso esses fundos sejam executados em regime de cofinanciamento conjunto, ou seja, caso sejam colocados em comum.

Estas tarefas incluem a implementação pelo país parceiro, enquanto autoridade contratante, dos procedimentos de adjudicação de contratos e de concessão de subvenções, bem como a adjudicação, assinatura e execução dos contratos públicos e dos contratos de subvenção daí resultantes.

A designação das entidades tuteladas pelo governo ou associadas à estrutura administrativa do país parceiro identificadas no anexo I (Disposições Técnicas e Administrativas) para realizar determinadas tarefas não pode ser considerada uma subdelegação. Essas entidades devem respeitar os direitos e obrigações estabelecidos na parte I relativamente ao país parceiro enquanto autoridades contratantes, embora, ao mesmo tempo, o país parceiro continue a ser plenamente responsável pelo cumprimento das obrigações que lhe incumbem por força da convenção de financiamento. As referências ao país parceiro feitas na convenção de financiamento contemplam igualmente essas entidades.

Enquanto autoridade contratante, o país parceiro atuará sob delegação parcial, salvo se agir no âmbito da componente «fundos para adiantamentos» de um orçamento-programa ou no âmbito de um fundo comum gerido pelo país parceiro:

- Sob delegação parcial, o país parceiro atua como autoridade contratante para os contratos públicos e os contratos de subvenção, procedendo a Comissão ao controlo *ex ante* de todos os procedimentos de adjudicação de contratos/atribuição de subvenções e à execução de todos os pagamentos correspondentes aos contratantes e aos beneficiários de subvenções;
- No âmbito da componente «fundos para adiantamentos» de um orçamento-programa, o país parceiro atua enquanto autoridade contratante para os contratos públicos e os contratos de subvenção, podendo, até aos limiares fixados, aplicar os procedimentos de adjudicação de contratos e de atribuição de subvenções com pouco controlo ou mesmo sem controlo *ex ante* da Comissão, e efetuar os pagamentos aos contratantes e aos beneficiários de subvenções, bem como no contexto da administração direta.
- No âmbito de um fundo comum gerido por um país parceiro, este último atua enquanto autoridade contratante para os contratos públicos e os contratos de subvenção. A

Comissão não controla *ex ante* os procedimentos de adjudicação/ atribuição de subvenções e o país parceiro executa todos os pagamentos aos contratantes e aos beneficiários de subvenções.

Caso o país parceiro seja um Estado ACP e a ação seja financiada pelo FED, em conformidade com o artigo 1.º, n.º 1, das Condições Especiais, as tarefas que lhe são confiadas são as enumeradas no artigo 35.º, n.º 1, alíneas c) a k) e no artigo 35.º, n.º 2, do anexo IV do Acordo de Parceria ACP-CE.

Caso o país parceiro seja um país ou território ultramarino (PTU) e a ação seja financiada pelo FED, nos termos do artigo 1.º, n.º 1, das Condições Especiais, a implementação das tarefas que lhe são confiadas deve igualmente respeitar as condições do artigo 86.º, n.º 3, da Decisão 2013/755/UE do Conselho, de 25 de novembro de 2013, relativa à associação dos países e territórios ultramarinos à União Europeia («Decisão de Associação Ultramarina»).

- 1.2 O país parceiro é responsável pelo cumprimento das obrigações previstas na presente Convenção de Financiamento, mesmo se designar outras entidades identificadas no anexo I (Disposições Técnicas e Administrativas) para a realização de determinadas tarefas. A Comissão, em especial, reserva-se o direito de suspender os pagamentos e de suspender e/ou rescindir a presente Convenção de Financiamento com base em atos, omissões e/ou situações de qualquer entidade designada.
- 1.3 O país parceiro deve estabelecer e assegurar o funcionamento de um sistema de controlo interno eficaz e eficiente. O país parceiro deve respeitar os princípios de boa gestão financeira, transparência e não discriminação e evitar situações de conflitos de interesses.

Existe conflito de interesses quando o exercício objetivo e imparcial das funções de uma pessoa responsável é comprometido por questões relacionadas com família, vida emocional, afinidade nacional ou política, interesse económico ou qualquer outro interesse partilhado com um proponente ou requerente, contratante ou beneficiário de uma subvenção.

O sistema de controlo interno é um processo cujo objetivo é proporcionar uma garantia razoável de que as operações são eficazes, eficientes e económicas, de que a transmissão de informações é fiável, de que os bens e as informações são salvaguardados, de que a fraude e as irregularidades são evitadas, detetadas e corrigidas, e de que os riscos relacionados com a legalidade e a regularidade da operação financeira são adequadamente geridos, considerando o carácter plurianual das atividades, assim como a natureza dos pagamentos em causa.

Em especial, nos casos em que o país parceiro efetua pagamentos no âmbito da componente «fundos para adiantamentos» de um orçamento-programa ou no quadro de um fundo comum gerido pelo país parceiro, as funções do gestor orçamental e do contabilista serão separadas e mutuamente incompatíveis, e o país parceiro deve dispor de um sistema contabilístico apto a fornecer, de forma atempada, informações exatas, completas e fiáveis.

- 1.4 Exceto nos casos em que o país parceiro aplique os seus próprios procedimentos e documentos normalizados (incluindo, no caso de um fundo comum, os procedimentos acordados pelos doadores do fundo comum) para adjudicar contratos públicos e atribuir subvenções, o país parceiro deve aplicar procedimentos de adjudicação de contratos/ atribuição de subvenções e

celebrar os contratos e acordos resultantes na língua da Convenção de Financiamento.

- 1.5 O país parceiro deve tomar as medidas necessárias para assegurar a visibilidade do financiamento da UE para as atividades que lhe são confiadas ou para quaisquer outras atividades no âmbito da ação em causa. Estas medidas devem ser definidas no anexo I (Disposições Técnicas e Administrativas) ou acordadas posteriormente entre o país parceiro e a Comissão.

Estas medidas de comunicação e informação devem ser conformes com o Manual sobre comunicação e visibilidade das ações externas da UE, elaborado e publicado pela Comissão, em vigor aquando da execução das medidas.

- 1.6 Sob delegação parcial e no âmbito da componente «fundos para adiantamentos» de um orçamento-programa, o país parceiro deve conservar todos os documentos comprovativos da carácter financeiro e contratual a partir da data de entrada em vigor da presente Convenção de Financiamento ou a partir de uma data anterior, fixada como data de início de elegibilidade dos custos previstos no artigo 6.º das Condições Especiais, durante cinco anos a contar do termo do período de execução e, em especial, os seguintes:

Procedimentos de adjudicação de contratos

- a. Anúncio de previsão de contrato com prova de publicação do anúncio de concurso e eventuais retificações;
- b. Nomeação do painel de pré-seleção;
- c. Relatório de pré-seleção (incluindo anexos) e candidaturas
- d. Prova de publicação de anúncio de pré-seleção
- e. Cartas aos candidatos não incluídos na lista restrita
- f. Convite a concorrer ou equivalente
- g. Processo do concurso, incluindo anexos, esclarecimentos, atas de reuniões e prova de publicação
- h. Nomeação da comissão de avaliação
- i. Relatório de abertura das propostas, incluindo os anexos
- j. Relatório de avaliação/negociação, incluindo os anexos e as propostas recebidas¹
- k. Carta de notificação
- l. Documentos comprovativos
- m. Carta de acompanhamento para o envio do contrato
- n. Cartas aos candidatos preteridos

¹ Eliminação de propostas rejeitadas cinco anos após o encerramento do procedimento de adjudicação de contratos.

- o. Anúncio de adjudicação/cancelamento, incluindo a prova de publicação
- p. Contratos assinados, alterações, adendas e correspondência relevante

Convite à apresentação de propostas e atribuição direta de subvenções:

- a. Nomeação da comissão de avaliação
- b. Relatório de abertura e relatório administrativo, incluindo anexos e pedidos recebidos²
- c. Cartas aos requerentes aceites e aos requerentes preteridos na sequência da avaliação do documento de síntese
- d. Relatório de avaliação do documento de síntese
- e. Relatório de avaliação do pedido completo ou relatório de negociação com os anexos relevantes
- f. Verificação de elegibilidade e documentos comprovativos
- g. Cartas aos requerentes aceites e aos requerentes preteridos com a lista de reserva aprovada na sequência da avaliação do pedido completo
- h. Carta de acompanhamento para o envio do contrato de subvenção
- 1. Anúncio de atribuição/cancelamento com prova de publicação
- j. Contratos assinados, alterações, adendas e correspondência relevante.

- 1.7 O país parceiro deve assegurar uma proteção adequada dos dados pessoais. Por «dados pessoais» entende-se quaisquer informações relativas a uma pessoa singular identificada ou identificável. Qualquer operação de que sejam objeto os dados pessoais, como a recolha, o registo, a organização, a armazenagem, a adaptação ou modificação, a extração, a consulta, a utilização, a divulgação, a supressão ou a destruição, deve respeitar as regras e os procedimentos do país parceiro e só pode ser realizada na medida em que tal seja necessário para a implementação da presente Convenção de Financiamento.

Em especial, o país parceiro toma as medidas de segurança técnicas e organizacionais adequadas face aos riscos inerentes a cada uma dessas operações e à natureza das informações relativas à pessoa singular em questão, com o objetivo de:

- a) Impedir pessoas não autorizadas de aceder aos sistemas informáticos que realizam essas operações e, nomeadamente, a leitura, cópia, alteração ou remoção não autorizadas dos suportes de armazenamento; a inserção de dados não autorizada, bem como a divulgação, alteração ou supressão não autorizada dos dados pessoais armazenados;
- b) Garantir que os utilizadores autorizados de um sistema de processamento de dados que realizam essas operações só possam aceder a informações pessoais abrangidas pelo seu direito de acesso;
- c) Conceber a sua estrutura organizativa de modo a cumprir os requisitos acima referidos.

² Eliminação de pedidos rejeitados três anos após o encerramento do procedimento de concessão de subvenções.

Artigo 2.º - Prazo para a assinatura de contratos e convenções pelo país parceiro

- 2.1 Os contratos públicos e os contratos de subvenção serão assinados no decurso da fase de implementação operacional da convenção de financiamento.

No caso de ações cofinanciadas, os contratos públicos e os contratos de subvenção devem ser celebrados dentro do prazo para adjudicação dos contratos previsto nas Condições Especiais ou previstos para a componente «fundos para adiantamentos» do orçamento-programa.

Quando a ação não for cofinanciada, os contratos públicos e os contratos de subvenção devem ser celebrados, o mais tardar, no prazo de três anos a contar da data de entrada em vigor da convenção de financiamento.

Os contratos públicos e os contratos de subvenção adicionais resultantes de uma alteração da presente Convenção de Financiamento que acrescente novas atividades e aumente a contribuição da UE, devem ser assinados, o mais tardar, no prazo de três anos a contar da data de entrada em vigor da alteração à presente Convenção de Financiamento, ou no que respeita às ações cofinanciadas, no prazo de adjudicação estabelecido.

O prazo de três anos aplicável a ações não cofinanciadas não pode ser prorrogado, salvo se a ação for financiada pelo FED. Nesses casos, a prorrogação deverá ser prevista no artigo 6.º das Condições Especiais.

- 2.2 No entanto, as seguintes transações podem ser assinadas a qualquer altura durante a fase de implementação operacional:

- a. Alterações a contratos públicos e de subvenção já assinados;
- b. Contratos individuais a concluir após a rescisão antecipada de um contrato existente;
- c. Contratos de auditoria e de avaliação, que podem igualmente ser assinados durante a fase de encerramento.
- d. Custos operacionais referidos no artigo 5.º, n.º 1;

- 2.3 Após o termo dos prazos referidos no artigo 2.º, n.º 1, a Comissão anulará o saldo financeiro relativo a atividades conexas da responsabilidade do país parceiro relativamente às quais não tenham sido assinados contratos.

- 2.4 Esta anulação não é aplicável aos fundos orçamentados para auditorias e avaliações referidas no artigo 2.º, n.º 2, alínea c), ou às despesas operacionais referidas no artigo 2.º, n.º 2, alínea d).

De igual modo, essa anulação não é aplicável ao saldo financeiro da reserva para despesas imprevistas ou a fundos novamente disponíveis após a rescisão antecipada de um contrato referida no artigo 2.º, n.º 2, alínea b), que podem ambos ser utilizados para financiar contratos referidos no artigo 2.º, n.º 2.

Artigo 3.º - Exclusão e sanções administrativas

3.1 Critérios de exclusão

3.1.1 Ao aplicar os procedimentos e documentos normalizados elaborados e publicados pela Comissão para a adjudicação de contratos públicos e atribuição de contratos de subvenção, o país parceiro deve, por conseguinte, assegurar:

- Que não é adjudicado/atribuído um contrato público ou um contrato de subvenção no âmbito de um procedimento de concurso ou de atribuição de subvenções financiado pela UE a um operador económico ou a um requerente de subvenção que
 - a) Tenha apresentado declarações falsas no que diz respeito às informações exigidas para participar no procedimento ou não tenha fornecido essas informações;
 - b) Anteriormente tenha estado envolvido na preparação dos documentos do concurso, sempre que tal implique uma distorção da concorrência que não possa ser sanada de outro modo.
- Que não é adjudicado/atribuído um contrato público ou um contrato de subvenção no âmbito de um procedimento de concurso ou de atribuição de subvenções financiado pela UE a um operador económico ou a um requerente de subvenção que, ele próprio, ou as pessoas com poderes de representação, de decisão ou de controlo sobre ele,
 - a) Se encontre(m) em situação de falência, de insolvência ou de processo de liquidação ou em qualquer outra situação análoga resultante de um processo da mesma natureza nos termos da legislação e regulamentação nacionais;
 - b) Seja(m), por decisão judicial transitada em julgado ou decisão administrativa final, declarado(s) em situação de incumprimento das suas obrigações relativas ao pagamento de impostos ou de contribuições para a segurança social.
 - a) Seja(m), por decisão judicial transitada em julgado ou decisão administrativa final, declarado(s) culpado(s) de falta grave em matéria profissional;
 - d) Seja(m), por decisão judicial transitada em julgado, declarado(s) culpado(s) de fraude, corrupção, participação numa organização criminosa, branqueamento de capitais, infrações relacionadas com o terrorismo, trabalho infantil ou tráfico de seres humanos;
 - e) Tenha(m) revelado deficiências significativas no cumprimento das principais obrigações relativas à execução de um contrato financiado pelo orçamento da UE;
 - f) Por decisão judicial transitada em julgado ou decisão administrativa final tenha(m) sido declarado(s) culpado(s) de ter cometido uma irregularidade que afeta os interesses financeiros da UE.

3.1.2 Ao aplicar os seus próprios procedimentos e documentos normalizados para a adjudicação de contratos e a atribuição de subvenções (incluindo, no caso de um fundo comum, os procedimentos e documentos acordados pelos doadores do fundo comum), o país parceiro deve adotar medidas, em conformidade com a sua própria legislação nacional, que garantam a não adjudicação de contratos públicos e a não atribuição de contratos de subvenção financiados pela UE a operadores económicos/requerentes de subvenções que se encontrem numa das situações referidas no artigo 3, n.º 1, ponto 1, primeiro travessão, alínea a), no artigo 3, n.º 1,

ponto 1, segundo travessão, alínea d), e no artigo 3.º, n.º 1, ponto 1, segundo parágrafo, alínea f).

Na adjudicação de contratos públicos e na atribuição de contratos de subvenção, o país parceiro pode ter em conta, conforme adequado e sob a sua própria responsabilidade, as informações constantes do Sistema de Detecção Precoce e de Exclusão (EDES). O acesso às informações pode ser proporcionado através dos pontos de contacto ou consultando a Comissão (Comissão Europeia, Direção Geral do Orçamento, Contabilista da Comissão, BRE2-13/505, B-1049 Bruxelas, Bélgica e por correio eletrónico para BUDG-C01-EXCL-DB@ec.europa.eu com cópia para o endereço da Comissão indicado no artigo 3.º das Condições Especiais). A Comissão pode recusar-se a efetuar pagamentos a um contratante ou a um beneficiário de uma subvenção que se encontre em situação de exclusão.

3.2 Dever de informação

O país parceiro deve informar a Comissão quando um operador económico/requerente da uma subvenção se encontrar numa das situações referidas no artigo 3.º, n.º 1, tenha cometido irregularidades ou fraude ou tenha violado de forma grave as suas obrigações contratuais.

3.3 Sanções administrativas

Nos casos em que o país parceiro tenha conhecimento de uma das situações referidas no artigo 3.º, n.º 1, na execução das tarefas descritas no anexo I, este país deve, de acordo com as condições da respetiva legislação nacional, excluir o operador económico ou o requerente de uma subvenção de futuros procedimentos de adjudicação de contratos ou de atribuição de subvenções e/ou aplicar-lhe uma sanção pecuniária proporcional ao valor do contrato em causa. Essas sanções financeiras ou exclusões devem ser impostas na sequência de um procedimento contraditório que garanta o direito de defesa da pessoa em causa.

No que respeita ao primeiro ponto, um país terceiro é considerado em situação de omissão quando, nomeadamente:

- a respetiva legislação nacional não permite a exclusão nem a aplicação de sanções financeiras,
- a proteção dos interesses financeiros da UE exige a aplicação de sanções administrativas dentro de prazos que são incompatíveis com os procedimentos internos do país parceiro,
- a imposição de uma sanção administrativa requer a mobilização de recursos para além dos meios de que dispõe o país parceiro,
- a sua legislação nacional não permite excluir um operador económico da totalidade dos procedimentos de adjudicação de contratos financiados pela UE.

No caso de omissões desse tipo, o país parceiro deve notificar o seu impedimento à Comissão. A Comissão pode decidir impor uma exclusão em relação a futuros procedimentos de adjudicação de contratos financiados pela UE e/ou uma sanção pecuniária compreendida entre 2 % e 10 % do valor total do contrato em causa.

Artigo 4.º - Delegação parcial

Procedimentos de adjudicação de contratos/atribuição de subvenções

- 4.1 As tarefas serão executadas pelo país parceiro em conformidade com os procedimentos e documentos normalizados elaborados e publicados pela Comissão para a adjudicação de contratos e a atribuição de subvenções em vigor no momento do lançamento do procedimento em causa.

Controlo *ex ante*

4.2 Para permitir a realização de um controlo *ex ante*, o país parceiro submeterá à aprovação da Comissão os processos dos concursos e os documentos dos convites à apresentação de propostas antes do lançamento dos mesmos. Do mesmo modo, o país parceiro convidará a Comissão para a sessão de abertura das propostas e fornecer-lhe-á cópias das propostas recebidas. O país parceiro informará a Comissão dos resultados do exame das propostas e apresentará a proposta de adjudicação/atribuição, bem como o projeto de contratos públicos e de contratos de subvenção, para aprovação pela Comissão.

Durante o período de implementação dos contratos públicos e dos contratos de subvenção, o país parceiro deve igualmente apresentar à Comissão, para aprovação prévia, os projetos de adendas e de ordens administrativas.

O país parceiro deve convidar a Comissão para a receção provisória e a receção definitiva.

Relatório

- 4.3 Se tal estiver previsto no artigo 5.º das Condições Especiais, o relatório sobre a execução das tarefas confiadas ao país parceiro deve seguir o modelo que figura no anexo III, e a declaração de gestão deve seguir o modelo que figura no anexo IV. Nesse caso não é necessário o parecer de uma auditoria externa independente sobre a declaração de gestão, efetuada de acordo com as normas de auditoria internacionalmente aceites, uma vez que a Comissão realizará auditorias relativamente a essa ação. Estas auditorias verificarão a veracidade das afirmações constantes da declaração de gestão, bem como a legalidade e regularidade das transações subjacentes efetuadas.

Processo de pagamento

- 4.4 O país parceiro deve apresentar à Comissão os pedidos de pagamento aprovados nos seguintes prazos, a partir da data de receção do pedido de pagamento, sem contar os períodos de suspensão do prazo de pagamento:

- a) Para o pré-financiamento especificado no contrato público ou no contrato de subvenção:
 - (i) 15 dias para uma ação financiada pelo Orçamento;
 - (ii) 30 dias para uma ação financiada pelo FED;
- b) 45 dias para outros pagamentos.

A Comissão atua em conformidade com o artigo 4.º, n.ºs 9 e 10, no período correspondente ao prazo de pagamento indicado para os contratos públicos e os contratos de subvenção, sem contar os prazos indicados acima.

- 4.5 Quando receber um pedido de pagamento de um contratante ou de um beneficiário de uma subvenção, o país parceiro deve informar desse facto a Comissão e examinar de imediato se o pedido é admissível, isto é, se contém a identificação do contratante ou do beneficiário da subvenção, a referência do contrato em causa, o montante, a divisa e a data. Se o país parceiro concluir que o pedido não é admissível, deve rejeitá-lo e informar o contratante ou o beneficiário da subvenção dessa rejeição e do respetivo fundamento no prazo de 30 dias após a receção do pedido. O país parceiro deve igualmente informar a Comissão dessa recusa e do respetivo fundamento.
- 4.6 Quando receber um pedido de pagamento admissível, o país parceiro deve examinar se o pagamento é exigível, isto é, se se cumpriram todas as obrigações contratuais que justificam o pagamento, nomeadamente através de um relatório, se aplicável. Se o país parceiro concluir que o pagamento não é exigível, deve informar desse facto o contratante ou o beneficiário da subvenção, fundamentando a sua decisão. A comunicação desta informação suspende o prazo de pagamento. A Comissão deve receber uma cópia da informação assim comunicada. Deve também ser informada da resposta ou da medida corretiva do contratante ou do beneficiário da subvenção. Essa resposta ou a medida implementada com a finalidade de corrigir o não cumprimento das obrigações contratuais relança o prazo de pagamento. O país parceiro deve analisar essa resposta ou a medida adotada nos termos do presente número.
- 4.7 Se a Comissão discordar da conclusão do país parceiro de que não é exigível um pagamento, deve do mesmo informar o país parceiro. O país parceiro deve então reavaliar a sua posição e, caso conclua que o pagamento é efetivamente exigível, deve informar o contratante ou o beneficiário da subvenção. A suspensão do prazo de pagamento deve ser anulada aquando da comunicação desta informação. O país parceiro deve igualmente informar a Comissão desse facto. O país parceiro deve então prosseguir como previsto no artigo 4.º, n.º 8.
- Se o país parceiro e a Comissão continuarem em desacordo, a Comissão poderá efetuar o pagamento do montante faturado não contestado, desde que este seja claramente independente do montante contestado. Cabe à Comissão informar o país parceiro e o contratante ou o beneficiário da subvenção deste pagamento parcial.
- 4.8 Se o país parceiro concluir que o pagamento é exigível, deve transferir o pedido de pagamento e todos os documentos necessários para a Comissão para aprovação e pagamento. Incumbe-lhe também dar indicação de quantos dias faltam para o termo do prazo de pagamento, bem como de todos os períodos de suspensão do mesmo.
- 4.9 Após a transferência do pedido de pagamento nos termos do artigo 4.º, n.º 8, se a Comissão concluir que o pagamento não é exigível, deve informar o país parceiro e simultaneamente o contratante ou o beneficiário da subvenção e indicar as razões para tal conclusão. A comunicação deste facto ao contratante ou ao beneficiário da subvenção suspende o prazo de pagamento nos casos previstos no contrato celebrado. O país parceiro encarregar-se-á de tratar a resposta ou a medida corretiva do contratante ou do beneficiário da subvenção em conformidade com o artigo 4.º, n.º 6.
- 4.10 Se o país parceiro e a Comissão concluírem que o pagamento é exigível, a Comissão executa o

pagamento.

- 4.11 Se forem devidos juros de mora ao contratante ou ao beneficiário da subvenção, estes são distribuídos entre o país parceiro e a Comissão proporcionalmente aos dias de atraso, para além dos prazos estipulados no artigo 4.º, n.º 4, sob reserva do seguinte:
- (a) O número de dias utilizado pelo país parceiro é calculado a partir da data de registo de um pedido de pagamento admissível, referido no artigo 4.º, n.º 6, até à data da transferência do pedido para a Comissão, referida no artigo 4.º, n.º 8, e a partir da data da comunicação da informação por parte da Comissão, referida no artigo 4.º, n.º 9, até à transferência seguinte do pedido à Comissão, referida no artigo 4.º, n.º 8. Qualquer período de suspensão do prazo de pagamento é descontado.
 - (b) O número de dias utilizados pela Comissão é calculado a partir do dia seguinte à transferência do pedido pelo país parceiro referida no artigo 4.º, n.º 8, até à data de pagamento e a partir da data de transferência até à data da comunicação ao país parceiro em conformidade com o artigo 4.º, n.º 9.
- 4.12 Quaisquer circunstâncias não previstas no processo descrito acima devem ser resolvidas num espírito de cooperação entre o país parceiro e a Comissão por analogia com as disposições acima referidas, respeitando simultaneamente as relações contratuais do país parceiro com o contratante ou com o beneficiário da subvenção.
- Na medida do possível, as Partes colaborarão entre si, mediante pedido, facultando informações úteis para a avaliação do pedido de pagamento, mesmo antes de o pedido de pagamento ser formalmente transferido para a primeira Parte ou por ela devolvido.
- 4.13 Um contrato público ou um contrato de subvenção que não tenha dado lugar a nenhum pagamento no prazo de dois anos após a sua assinatura é automaticamente rescindido e o seu financiamento é objeto de anulação, salvo em caso de contencioso perante os tribunais ou instâncias arbitrais.

Artigo 5.º - Componente «fundos para adiantamentos» do orçamento-programa

Aplicação

- 5.1 O orçamento-programa é um documento que apresenta o programa de ações a executar e os recursos materiais e humanos necessários, o orçamento correspondente e as modalidades técnicas e administrativas para a implementação destas atividades operacionais durante a fase de implementação operacional da convenção de financiamento.

Os orçamentos-programa de implementação da convenção de financiamento devem respeitar os procedimentos e os documentos normalizados relativos a orçamentos-programa elaborados pela Comissão em vigor no momento da adoção do orçamento-programa em causa.

O organismo que executa estas atividades operacionais no âmbito dos orçamentos-programa pode ser o governo central do próprio país parceiro (operações centrais) ou um organismo mandatado de direito público ou de direito privado investido de uma missão de serviço público

(operações públicas encomendadas) ou, no âmbito do FED unicamente, um organismo de direito privado sem missão de serviço público, com base num contrato de prestação de serviços (operações privadas encomendadas).

O orçamento-programa tem uma componente de fundos para adiantamentos e uma componente de autorizações específicas.

No âmbito da componente de autorizações específicas, é aplicável o disposto no artigo 4.º.

No âmbito da componente de fundos para adiantamentos do orçamento-programa, o organismo de execução pode, dentro dos limiares estabelecidos, aplicar os procedimentos de adjudicação de contratos e de atribuição de subvenções sem controlo ou com um controlo *ex ante* limitado, da Comissão, e executar os pagamentos devidos aos contratantes e aos beneficiários de subvenções, bem como no contexto da administração direta.

A administração direta diz respeito às atividades operacionais que o organismo de execução executa diretamente com pessoal que emprega e/ou os recursos de que dispõe (máquinas, equipamentos, outros fatores de produção).

As despesas de funcionamento incorridas pelo organismo de execução podem ser elegíveis para financiamento no âmbito da componente de fundos para adiantamentos do orçamento-programa. Nesse caso, são elegíveis para financiamento da UE durante todo o período de execução da presente Convenção de Financiamento, a menos que o artigo 6.º das condições especiais preveja o início antecipado da elegibilidade dos custos. As despesas de funcionamento são as despesas incorridas pelo organismo de execução na realização das tarefas e incluem os pagamentos relativos a pessoal local, serviços (ex.: água, gás e eletricidade), aluguer de recintos, consumíveis, manutenção, deslocações de curto prazo por motivos de trabalho e combustível para veículos. Não incluem a compra de veículos ou de qualquer outro equipamento, nem as atividades operacionais. Estas despesas de funcionamento correntes podem ser cobradas e pagas em conformidade com os procedimentos próprios do organismo de execução.

Procedimentos de adjudicação de contratos/atribuição de subvenções

5.2 No âmbito da componente de fundos para adiantamentos dos orçamentos-programa, o organismo de execução pode aplicar, total ou parcialmente, os procedimentos de adjudicação de contratos e de atribuição de subvenções de acordo com os seus próprios procedimentos e documentos normalizados, na medida em que a Comissão obtenha previamente a prova de que o organismo de execução do país parceiro:

- garante o funcionamento de um sistema de controlo interno eficaz e eficiente e
- aplica regras e procedimentos adequados para a adjudicação de contratos e/ou de atribuição de subvenções.

Na ausência dessa prova, o organismo de execução aplica os procedimentos de adjudicação de contratos e de atribuição de subvenções em conformidade com os procedimentos e documentos normalizados elaborados e publicados pela Comissão em vigor no momento do lançamento do procedimento em causa.

Controlo *ex ante*

- 5.3 No âmbito da componente de fundos para adiantamentos, salvo disposição em contrário nas Disposições Técnicas e Administrativas dos orçamentos-programa, o organismo de execução apresentará à Comissão, para aprovação prévia, os processos de concurso e as propostas de decisão de adjudicação de contratos de valor superior a 100 000 EUR, bem como todas as orientações para a apresentação de pedidos e propostas de decisões de atribuição de contratos de subvenção, em conformidade com os procedimentos e os documentos normalizados definidos e publicados pela Comissão.

Além das obrigações de conservação de documentos enunciadas no artigo 1.º, n.º 6, das presentes Condições Gerais, o país parceiro deve, durante o mesmo período, conservar todos os documentos comprovativos de carácter financeiro e contratual.

Declaração de gestão

- 5.4 O país parceiro apresenta anualmente à Comissão, na data prevista no artigo 6.º das Condições Especiais, uma declaração de gestão assinada pelo país parceiro com base no modelo que figura no anexo IV.

Nesse caso não é necessário o parecer de uma auditoria externa independente sobre a declaração de gestão, efetuada de acordo com as normas de auditoria internacionalmente aceites, uma vez que a Comissão realizará auditorias relativamente a essa ação. Estas auditorias verificarão a veracidade das afirmações constantes da declaração de gestão, bem como a legalidade e regularidade das transações subjacentes efetuadas.

Pagamentos

- 5.5 A Comissão transferirá a primeira fração do pré-financiamento, após a assinatura do orçamento-programa por todas as partes, no prazo de 60 dias se o orçamento-programa for financiado pelo FED e de 30 se for financiado a partir do orçamento da UE.

A Comissão pagará as outras parcelas de pré-financiamento no prazo de 60 dias a contar da receção e aprovação do pedido de pagamento e dos relatórios.

Os juros de mora são calculados em conformidade com o regulamento financeiro aplicável. A Comissão pode suspender o prazo de pagamento a qualquer momento, durante o período acima referido, comunicando ao país parceiro que o pagamento não pode ser efetuado pelo facto de a quantia não ser exigível ou de não terem sido apresentados os documentos comprovativos. Se a Comissão tiver conhecimento de informações que permitam duvidar da elegibilidade das despesas constantes de um pedido de pagamento, pode suspender o prazo de pagamento para proceder a verificações suplementares, que poderão incluir um controlo no local para se assegurar, antes do pagamento, se as despesas são de facto elegíveis. A suspensão e as razões da mesma devem ser comunicadas ao país parceiro o mais rapidamente possível. A suspensão do prazo de pagamento deve ser anulada assim que os documentos comprovativos forem facultados

ou que o pedido de pagamento for corrigido.

- 5.6 A Comissão procede aos pagamentos numa conta bancária aberta numa instituição financeira aceite pela Comissão.
- 5.7 O país parceiro garante que os fundos pagos pela Comissão podem ser identificados nessa conta bancária.
- 5.8 Se necessário, as transferências em euros são convertidas para a moeda nacional do país parceiro no momento do pagamento efetuado por este país, à taxa bancária em vigor no dia do pagamento.
- 5.9 A componente de fundos para adiantamentos do orçamento-programa que não tenha gerado nenhum pagamento ao país parceiro no prazo de dois anos a contar da celebração do orçamento-programa será automaticamente rescindida e o seu financiamento anulado. Para as ações financiadas a título do FED, o artigo 6.º das Condições Especiais pode prever uma prorrogação deste prazo.

Artigo 6.º - Fundo comum gerido pelo país parceiro

Aplicação

- 6.1 O país parceiro que gere um fundo comum pode ser elegível para uma contribuição da UE para esse fundo, na condição de a Comissão obter a prova prévia de que a entidade de gestão no país parceiro:
- garante o funcionamento de um sistema de controlo interno eficaz e eficiente;
 - utiliza um sistema de contabilidade que fornece, de forma atempada, informações rigorosas, completas e fiáveis;
 - submete-se a uma auditoria externa independente, realizada em conformidade com as normas de auditoria aceites internacionalmente por um serviço de auditoria funcionalmente independente da entidade ou pessoa em causa;
 - aplica regras e procedimentos adequados para a adjudicação de contratos e/ou de atribuição de subvenções;
 - vela pela publicação *ex post* de informações sobre os destinatários; e
 - assegura um nível razoável de proteção dos dados pessoais.

Procedimentos de adjudicação de contratos/atribuição de subvenções

- 6.2 No âmbito da contribuição da UE para um fundo comum gerido pelo país parceiro, a entidade de gestão no país parceiro deve executar as tarefas em conformidade com os seus próprios procedimentos e documentos normalizados para a adjudicação de contratos e a atribuição de contratos de subvenção, ou com os procedimentos e documentos acordados entre os doadores.

Implementação

- 6.3 No caso de uma contribuição da UE para um fundo comum gerido por um país parceiro, além dos direitos e obrigações já previstos nas presentes Condições Gerais, são ainda aplicáveis ao país parceiro as regras constantes do anexo V da convenção de financiamento, para efeitos da execução da contribuição da UE para o fundo comum.

Artigo 7.º — Publicação de informações sobre contratos públicos e contratos de subvenção por parte do país parceiro

- 7.1 Relativamente a cada contrato público e cada contrato de subvenção em relação ao qual o país parceiro é a autoridade contratante em virtude da componente de fundos para adiantamentos do orçamento-programa referida no artigo 5.º, e dos fundos comuns referidos no artigo 6.º, o país parceiro compromete-se a publicar todos os anos, numa página específica e acessível do seu sítio Internet, a natureza e o objetivo desse contrato, o nome e a localidade em que se situa o contratante (contratantes, no caso de consórcio) ou do beneficiário de subvenção (beneficiários, no caso de subvenção para vários beneficiários), bem como o montante do contrato.

A localidade em que está situada uma pessoa singular corresponde a uma região ao nível NUTS2. A localidade em que está situada uma pessoa coletiva corresponde ao seu endereço.

Se não for possível proceder a esta publicação na Internet, as informações devem ser publicadas através de qualquer outro meio adequado, incluindo o jornal oficial do país parceiro.

O artigo 6.º das Condições Especiais deve indicar o endereço do local de publicação na Internet ou noutro meio. A página específica do sítio Internet da Comissão deve indicar este endereço.

- 7.2 As bolsas de estudo e o apoio financeiro direto às pessoas singulares mais necessitadas devem ser publicados de forma anónima e cumulativa por categoria de despesa.

Se tal não acontecer, os nomes das pessoas singulares devem ser substituídos por «pessoa singular» dois anos após a publicação. O nome de uma pessoa coletiva que contenha o nome de uma pessoa singular envolvida nesta entidade deve ser tratado como o nome de uma pessoa singular.

É dispensada a publicação de nomes de pessoas singulares caso essa publicação ponha em risco os direitos fundamentais dessas pessoas ou seja prejudicial para os seus interesses comerciais.

O país parceiro deve apresentar uma lista de dados de pessoas singulares a publicar, com eventuais justificações para dispensas de publicação propostas à Comissão, que deverá aprovar previamente essas dispensas de publicação. Sempre que necessário, a Comissão acrescenta a localidade da pessoa singular limitada à região correspondente ao nível NUTS2.

- 7.3 A publicação dos contratos públicos e dos contratos de subvenção celebrados (isto é, assinados pelo país parceiro e pelo contratante ou o beneficiário de uma subvenção) durante o período de referência deve ocorrer no período de seis meses subsequente à data de apresentação do relatório em conformidade com o artigo 6.º das Condições Especiais.

- 7.4 Pode ser dispensada a publicação dos contratos caso tal publicação seja suscetível de prejudicar os interesses comerciais dos contratantes ou dos beneficiários da subvenção. O país parceiro deve apresentar uma lista com este tipo de justificações à Comissão, que deverá aprovar previamente essa dispensa de publicação.
- 7.5 Quando a Comissão efetua pagamentos a contratantes ou a beneficiários de subvenções em conformidade com o artigo 4.º, deve assegurar a publicação de informações sobre os contratos públicos e os contratos de subvenção em conformidade com as suas regras.

Artigo 8.º - Recuperação de fundos

- 8.1 O país parceiro compromete-se a tomar todas as medidas adequadas para recuperar os fundos pagos indevidamente.
- Devem ser devolvidos à Comissão os montantes indevidamente pagos e recuperados pelo país parceiro, os montantes de garantias financeiras constituídas com base em procedimentos de adjudicação de contratos e de atribuição de subvenções, os montantes das sanções pecuniárias impostas pelo país parceiro, bem como as indemnizações por perdas e danos atribuídas ao país parceiro.
- 8.2 Sem prejuízo da responsabilidade do país parceiro acima mencionada de recuperar fundos pagos indevidamente, o país parceiro aceita que a Comissão possa, em conformidade com as disposições do regulamento financeiro aplicável e da presente Convenção de Financiamento, determinar formalmente o montante pago indevidamente no âmbito de contratos públicos e de contratos de subvenção financiados ao abrigo da primeira parte e proceder à sua recuperação, por qualquer via, em nome do país parceiro, incluindo mediante compensação, deduzindo o montante devido pelo contratante ou pelo beneficiário da subvenção dos créditos de que seja titular perante a UE ou por processos de cobrança coerciva junto dos tribunais competentes.
- 8.3 Para esse efeito, o país parceiro deve fornecer à Comissão todos os documentos e informações necessários. O país parceiro autoriza desta forma a Comissão a proceder à recuperação, nomeadamente executando a garantia dada por um contratante ou beneficiário de uma subvenção ao país parceiro enquanto autoridade contratante ou deduzindo os fundos a recuperar de quaisquer montantes devidos ao contratante ou ao beneficiário da subvenção pelo país parceiro, enquanto autoridade contratante, e financiados pela UE no âmbito da presente ou de outra convenção de financiamento ou por processos de cobrança coerciva junto dos tribunais competentes.
- 8.4 A Comissão informará o país parceiro do início do processo de recuperação (incluindo, se necessário, perante um tribunal nacional).
- 8.5 Se o país parceiro for um beneficiário de uma subvenção, entidade subdelegada ou parceiro de uma entidade de execução com a qual a Comissão tenha celebrado uma convenção de delegação, a Comissão pode recuperar do país parceiro fundos que sejam devidos à entidade mas que esta não tenha, ela própria, conseguido recuperar.

Artigo 9.º - Créditos financeiros a título de contratos e acordos

O país parceiro compromete-se a chegar a acordo com a Comissão antes de tomar qualquer decisão relacionada com um pedido de indemnização, apresentado por um contratante ou beneficiário de uma subvenção, que o país parceiro considere total ou parcialmente justificado. As consequências financeiras só poderão ser tomadas a cargo pela UE caso a Comissão tenha dado a sua aprovação prévia. A aprovação prévia também é necessária para qualquer utilização de fundos autorizados no âmbito da presente Convenção de Financiamento para cobrir custos resultantes de litígios relacionados com contratos ou acordos.

Artigo 10.º - Ultrapassagem dos custos e cobertura do excesso

- 10.1 Os casos de ultrapassagem das dotações afetadas às rubricas do orçamento das atividades executadas pelo país parceiro são cobertos através de reafetações de fundos no âmbito do orçamento geral, em conformidade com o artigo 25.º das presentes Condições Gerais.
- 10.2 Sempre que exista um risco de ultrapassagem do montante disponível para as atividades implementadas pelo país parceiro, este deve informar a Comissão de imediato e solicitar a sua aprovação prévia para as medidas corretivas que pretende tomar para cobrir esse défice, quer propondo a redução das atividades, quer recorrendo a recursos próprios ou a outros recursos não provenientes da UE.
- 10.3 Se não for possível reduzir as atividades ou se o défice não puder ser coberto pelos recursos do país parceiro ou por outros recursos, a Comissão pode, mediante pedido devidamente fundamentado do país parceiro, decidir conceder um financiamento adicional da UE. Caso a Comissão tome tal decisão, os custos adicionais serão financiados através da disponibilização de uma contribuição financeira adicional a fixar pela Comissão, sem prejuízo das regras e procedimentos aplicáveis da UE. A presente Convenção de Financiamento deve ser alterada em conformidade.

Parte II: Disposições aplicáveis ao apoio orçamental

Artigo 11.º - Diálogo sobre as ações a empreender

O país parceiro e a UE comprometem-se a manter um diálogo construtivo regular ao nível adequado sobre a implementação da presente Convenção de Financiamento.

Se o país parceiro for um Estado ACP e se esta ação for financiada pelo FED nos termos do artigo 1.º, n.º 1, das Condições Especiais, este diálogo pode inscrever-se no âmbito do diálogo político mais amplo previsto no artigo 8.º do Acordo de Parceria ACP-CE.

Artigo 12.º - Verificação das condições e pagamento

- 12.1. A Comissão deve verificar o cumprimento das condições para o pagamento das parcelas da componente de apoio orçamental, como enunciado no anexo I (Disposições Técnicas e Administrativas).

Caso a Comissão conclua que as condições de pagamento não foram cumpridas, deve informar imediatamente deste facto o país parceiro.

- 12.2. Os pedidos de pagamento enviados pelo país parceiro são elegíveis para financiamento pela UE se estiverem em conformidade com as disposições enunciadas no anexo I (disposições técnicas e administrativas) e se forem enviados durante a fase de implementação operacional.
- 12.3. O país parceiro deve aplicar a sua regulamentação nacional em matéria cambial de forma não discriminatória a todos os pagamentos da componente de apoio orçamental.
- 12.4. Caso não seja efetuado nenhum pagamento no prazo de dois anos a contar da data de entrada em vigor da presente Convenção de Financiamento, a sua componente de apoio orçamental é rescindida automaticamente e os respetivos fundos são anulados. Para as ações financiadas a título do FED, o artigo 6.º das Condições Especiais poderá estipular a prorrogação desse prazo.

Artigo 13.º - Transparência do apoio orçamental

O país parceiro concorda com a publicação, por parte da Comissão, da presente Convenção de Financiamento, de eventuais alterações à mesma, incluindo por meios eletrónicos, e de quaisquer informações básicas sobre o apoio orçamental que a Comissão considere apropriadas. Essa publicação não deve conter informações que infrinjam a legislação da UE relativa à proteção de dados pessoais.

Artigo 14.º - Recuperação de apoio orçamental

A Comissão pode recuperar a totalidade ou parte dos pagamentos de apoio orçamental, respeitando o princípio de proporcionalidade, caso determine que o pagamento foi viciado por uma irregularidade grave imputável ao país parceiro, em especial se este tiver comunicado informações não fiáveis ou incorretas ou se tiver havido corrupção ou fraude.

Parte III: Disposições aplicáveis à presente ação no seu conjunto, independentemente do modo de gestão

Artigo 15.º - Período de execução e prazo para a celebração dos contratos

- 15.1 O período de execução da presente Convenção de Financiamento é constituído por duas fases:
 - uma fase de implementação operacional, durante a qual são realizadas as principais atividades operacionais da ação. Esta fase tem início na data de entrada em vigor da presente Convenção de Financiamento ou na data fixada nas Condições Especiais e termina com o início da fase de encerramento.
 - uma fase de encerramento, durante a qual são realizadas a avaliação e as auditorias finais, e se procede ao encerramento técnico e financeiro dos contratos e dos orçamentos-programa para a implementação da presente Convenção de Financiamento. A duração desta fase está indicada no artigo 2.º, n.º 3, das Condições Especiais. Esta fase começa quando a fase de implementação operacional termina.

Estes períodos devem constar dos acordos a celebrar pelo país parceiro e pela Comissão no âmbito da implementação da presente Convenção de Financiamento, particularmente das convenções de delegação e dos contratos públicos e contratos de subvenções.

- 15.2 As despesas relativas às atividades operacionais só são elegíveis para financiamento pela UE se tiverem sido efetuadas durante a fase de implementação operacional; as despesas efetuadas antes da entrada em vigor da presente Convenção de Financiamento não são elegíveis para financiamento pela UE, salvo disposição em contrário no artigo 6.º das Condições Especiais. Os custos relativos à avaliação e auditorias finais e às atividades de encerramento e as despesas de funcionamento referidos no artigo 5.º, n.º 1, são elegíveis até ao final da fase de encerramento.
- 15.3 Qualquer saldo restante da contribuição da UE é automaticamente anulado nos seis meses subsequentes ao final do período de execução.
- 15.4 Em casos excecionais devidamente fundamentados, pode ser solicitada a prorrogação da fase de implementação operacional ou da fase de encerramento e, correlativamente, do período de execução. Caso se chegue a acordo, a convenção de financiamento deve ser alterada em conformidade.
- 15.5 O disposto no artigo 2.º das presentes Condições Gerais é aplicável a contratos públicos e a contratos de subvenção celebrados pela Comissão na sua qualidade de autoridade contratante (gestão direta), com exceção do último parágrafo do artigo 2.º, n.º 1.

Os acordos de delegação celebrados pela Comissão estão sujeitos a um prazo de adjudicação de contratos diferente, previsto no regulamento financeiro da UE. Se, após o termo do prazo fixado, os respetivos fundos tiverem de ser anulados, a Comissão informa devidamente desse facto o país parceiro.

Artigo 16.º - Verificações e controlos por parte da Comissão, do Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF) e do Tribunal de Contas Europeu

- 16.1 O país parceiro presta assistência e apoio nos processos de verificação e controlo levados a cabo pela Comissão, o OLAF e o Tribunal de Contas Europeu sempre que solicitado.

O país parceiro aceita que a Comissão, o OLAF e o Tribunal de Contas Europeu efetuem controlos documentais e controlos no local sobre a utilização do financiamento da UE no âmbito das atividades abrangidas pela presente Convenção de Financiamento e realizem, se necessário, uma auditoria completa com base nos documentos comprovativos das contas e nos documentos contabilísticos e em qualquer outro documento relativo ao financiamento das atividades, durante um período de cinco anos a contar do último pagamento.

- 16.2 O país parceiro aceita igualmente que o OLAF proceda a verificações e controlos no local de acordo com os procedimentos previstos pela legislação da UE para a proteção dos interesses financeiros da UE contra fraude e outras irregularidades.

Para o efeito, o país parceiro compromete-se a conceder aos funcionários da Comissão, do OLAF e do Tribunal de Contas, bem como às pessoas por eles mandatadas, acesso aos locais e

instalações em que são realizadas as ações financiadas no âmbito da presente Convenção de Financiamento, incluindo aos respetivos sistemas informáticos, bem como o acesso a todos os documentos e dados informatizados relativos à gestão técnica e financeira dessas ações, bem como a tomar todas as medidas destinadas a facilitar essa tarefa. O acesso das pessoas mandatadas pela Comissão, o OLAF e o Tribunal de Contas Europeu é garantido em condições de confidencialidade estrita no que respeita a terceiros, sem prejuízo das obrigações de direito público às quais estão sujeitas. Os documentos devem estar acessíveis e classificados de forma a facilitar o controlo, devendo o país parceiro informar a Comissão, o OLAF e o Tribunal Europeu de Contas do local exato em que são conservados.

- 16.3 Os controlos e auditorias descritos acima também são aplicáveis a contratantes, beneficiários de subvenções e subcontratantes que tenham recebido financiamento da UE.
- 16.4 O país parceiro deve ser notificado do envio ao local das pessoas mandatadas pela Comissão, o OLAF e o Tribunal Europeu de Contas.

Artigo 17.º - Obrigações do país parceiro no âmbito da luta contra irregularidades, fraude e corrupção

- 17.1 O país parceiro deve informar de imediato a Comissão de qualquer situação da qual tenha conhecimento que levante suspeitas de irregularidades, fraude ou corrupção, bem como de quaisquer medidas tomadas ou planeadas para lidar com essa situação.
- 17.2 O país parceiro deve assegurar e verificar regularmente que as ações financiadas pelo orçamento são eficiente e corretamente executadas. Tomará igualmente as medidas adequadas para prevenir, detetar e corrigir as irregularidades e situações de fraude, e, se necessário, intentar ações penais e recuperar fundos pagos indevidamente.

Por «irregularidade» entende-se qualquer violação da presente Convenção de Financiamento, dos contratos e do orçamento-programa ou da legislação da UE resultante de um ato ou omissão por parte de alguém que tenha, ou possa ter, por efeito prejudicar os fundos da UE, quer por conduzir à redução ou perda de receitas devidas para a UE, quer a uma despesa não fundamentada.

Por «fraude» entende-se qualquer ato ou omissão deliberada relativa:

- à utilização ou apresentação de declarações ou documentação falsas, incorretas ou incompletas que conduzam ao recebimento ou retenção indevidos de fundos do orçamento geral da UE ou do FED;
- à não comunicação de uma informação em violação de uma obrigação específica, que produza o mesmo efeito;
- ao desvio desses fundos para fins diferentes daqueles para que foram inicialmente concedidos.

- 17.3 O país parceiro compromete-se a tomar todas as medidas necessárias para prevenir, detetar e punir quaisquer práticas de corrupção ativa ou passiva durante a implementação da convenção de financiamento.

Por «corrupção passiva» entende-se uma ação deliberada de um funcionário que, diretamente ou

por interposição de terceiros, solicite ou receba vantagens de qualquer natureza, para si próprio ou para terceiros, ou aceite uma promessa de vantagens para realizar ou se abster de realizar, de forma contrária aos seus deveres oficiais, um ato inerente às suas funções ou um ato no exercício das suas funções, que prejudique ou possa prejudicar os interesses financeiros da UE.

Por «corrupção ativa» entende-se uma ação deliberada de qualquer pessoa que, diretamente ou por interposição de terceiros, prometa ou conceda uma vantagem de qualquer natureza a um funcionário, para ele próprio ou para um terceiro, para que este realize ou se abstenha de realizar, de forma contrária aos seus deveres oficiais, um ato inerente às suas funções ou um ato no exercício das suas funções que prejudique ou possa prejudicar os interesses financeiros da UE.

- 17.4 Se o país parceiro não tomar as medidas adequadas para prevenir a fraude, irregularidades ou corrupção, a Comissão pode adotar medidas cautelares, incluindo a suspensão da presente Convenção de Financiamento.

Artigo 18.º - Suspensão dos pagamentos

- 18.1 Sem prejuízo da suspensão ou da rescisão da presente Convenção de Financiamento, em conformidade com os artigos 26.º e 27.º, respetivamente, a Comissão pode suspender os pagamentos parcialmente ou na sua totalidade, se:

- a) Provar, ou reear fortemente, com base nas informações que recebeu e que terá de verificar, que o país parceiro cometeu erros substanciais, irregularidades ou fraude no procedimento de adjudicação de contratos e de atribuição de subvenções ou na implementação da ação, ou se o país parceiro não tiver cumprido as obrigações que lhe incumbem ao abrigo da presente Convenção de Financiamento, incluindo as obrigações relativas à implementação do plano de comunicação e visibilidade;
- b) Provar, ou reear fortemente, com base nas informações que recebeu e que terá de verificar, que o país parceiro, de forma sistemática ou recorrente, cometeu erros, irregularidades ou fraude ou não cumpriu as obrigações que lhe incumbem ao abrigo da presente ou de outra convenção de financiamento, sempre que esses erros, irregularidades, fraude ou incumprimento de obrigações tenham uma incidência importante na implementação da presente Convenção de Financiamento ou ponham em causa a fiabilidade do sistema de controlo interno do país parceiro ou a legalidade e a regularidade das despesas subjacentes;
- c) Suspeitar que o país parceiro cometeu erros substanciais, irregularidades, fraude ou não cumpriu as suas obrigações no procedimento de adjudicação de contratos públicos e de atribuição de subvenções ou na implementação da ação e necessitar de verificar se estas situações se produziram efetivamente;
- d) For necessário evitar um prejuízo significativo para os interesses financeiros da UE.

- 18.2 A Comissão informará imediatamente o país parceiro da suspensão dos pagamentos e das razões que fundamentam essa suspensão.

- 18.3 A suspensão dos pagamentos tem como resultado a suspensão dos prazos de pagamento de

qualquer pedido de pagamento pendente.

- 18.4 Para que os pagamentos possam ser retomados, o país parceiro deve procurar resolver a situação que gerou a suspensão o mais rapidamente possível e informar a Comissão de qualquer progresso realizado nesse sentido. Logo que considere estarem reunidas as condições para retomar os pagamentos, a Comissão informará desse facto o país parceiro.

Artigo 19.º - Afetação dos fundos recuperados pela Comissão à ação

Quando a ação for financiada pelo FED, os montantes pagos indevidamente e recuperados pela Comissão, os montantes das garantias financeiras constituídas com base em procedimentos de adjudicação de contratos e de atribuição de subvenções, os montantes das sanções pecuniárias impostas, assim como as indemnizações por danos e prejuízos atribuídas à Comissão, são afetados a esta ação.

Artigo 20.º - Direito de estabelecimento e de residência

- 20.1 Quando a natureza do contrato público ou da subvenção o justificar, o país parceiro concederá um direito provisório de estabelecimento e residência no(s) seus(s) território(s) às pessoas singulares e coletivas que participam em concursos relativos a contratos de obras, de fornecimento e de serviços ou em convites à apresentação de propostas, bem como às entidades chamadas a desempenhar tarefas de execução identificadas no anexo I. Este direito mantém-se durante o período de um mês após a adjudicação do contrato.
- 20.2 O país parceiro concederá também os mesmos direitos, durante a implementação da ação, aos adjudicatários de contratos públicos e aos beneficiários de subvenções, às entidades responsáveis por tarefas de execução identificadas no anexo I (disposições técnicas e administrativas), às pessoas singulares cujos serviços sejam necessários para a realização da ação, bem como aos membros das respetivas famílias.

Artigo 21.º - Disposições fiscais e aduaneiras e regime cambial

- 21.1 O país parceiro aplica aos contratos públicos e aos contratos de subvenção financiados pela UE o regime fiscal e aduaneiro mais favorável aplicado aos Estados ou às organizações internacionais de desenvolvimento com as quais mantém relações.

Se o país parceiro for um Estado ACP, não serão tidos em conta na determinação do tratamento do Estado mais favorável, os regimes que esse Estado aplica aos outros Estados ACP ou a outros países em desenvolvimento.

- 21.2 Caso se trate de uma convenção-quadro que inclua disposições mais pormenorizadas sobre esta matéria, estas disposições são igualmente aplicáveis.

Artigo 22.º - Confidencialidade

- 22.1 O país parceiro aceita que os seus documentos e os seus dados, na posse de uma entidade com a

qual tenha uma relação contratual a respeito dos mesmos, possam ser comunicados à Comissão por essa entidade unicamente com o objetivo de implementação da presente ou de outra convenção de financiamento. A Comissão deve respeitar todos os acordos de confidencialidade acordados entre o país parceiro e essa entidade.

- 22.2 Sem prejuízo do artigo 16.º das presentes Condições Gerais, o país parceiro e a Comissão comprometem-se a manter a confidencialidade relativamente a quaisquer documentos, informações ou materiais diretamente relacionados com a aplicação da presente Convenção de Financiamento que estejam classificados como confidenciais.
- 22.3 Antes de divulgar publicamente essas informações, as Partes devem obter previamente o consentimento mútuo por escrito.
- 22.4 As Partes permanecem vinculadas pelo compromisso de confidencialidade nos cinco anos subsequentes ao final do período de execução.

Artigo 23.º - Utilização de estudos

Qualquer contrato relativo a um estudo financiado ao abrigo da presente Convenção de Financiamento deve incluir o direito de o país parceiro e de a Comissão utilizarem o estudo, de o publicarem e de o divulgarem a terceiros.

Artigo 24.º - Consultas entre a Comissão e o país parceiro

- 24.1 O país parceiro e a Comissão devem consultar-se mutuamente antes de iniciar qualquer procedimento de litígio relacionado com a aplicação ou a interpretação da presente Convenção de Financiamento em conformidade com o artigo 29.º das presentes Condições Gerais.
- 24.2 Se a Comissão tomar conhecimento de problemas processuais relacionados com a gestão da presente Convenção de Financiamento, deve estabelecer todos os contactos necessários com o país parceiro para solucionar a situação e adotar todas as medidas necessárias.
- 24.3 As consultas podem conduzir à alteração, suspensão ou rescisão da presente Convenção de Financiamento.
- 24.4 A Comissão informará regularmente o país parceiro da implementação das atividades descritas no anexo I que não sejam abrangidas pelo âmbito de aplicação da primeira parte das presentes Condições Gerais.

Artigo 25.º - Alteração da presente Convenção de Financiamento

- 25.1 Qualquer alteração à presente Convenção de Financiamento deve ser efetuada por escrito, nomeadamente através de uma troca de cartas.
- 25.2 Se o pedido de alteração emanar do país parceiro, este deve enviá-lo à Comissão pelo menos três meses antes da data prevista para a entrada em vigor da alteração, exceto em casos devidamente justificados pelo país parceiro e aceites pela Comissão. Em casos excecionais de ajustamento dos objetivos da ação e/ou de aumento da contribuição da UE, esses pedidos devem

ser enviados pelo menos seis meses antes da data prevista para a entrada em vigor da alteração.

- 25.3 Se o ajustamento não afetar significativamente os objetivos da atividade implementada em conformidade com a primeira parte das presentes Condições Gerais, se incidir sobre questões de pormenor que não afetem a solução técnica adotada e se não incluir uma reafetação de fundos ou se disser respeito a uma reafetação de fundos dentro do limite da reserva para imprevistos, o país parceiro deve informar a Comissão do ajustamento e da sua justificação por escrito, o mais rapidamente possível, e pode aplicar esse ajustamento.
- 25.4 A utilização da reserva para imprevistos prevista para uma ação está sujeita à aprovação prévia por escrito da Comissão.
- 25.5 Se a Comissão considerar que o país parceiro deixou de desempenhar de forma satisfatória as tarefas que lhe foram atribuídas em conformidade com o artigo 1.º, n.º 1, das presentes Condições Gerais, e sem prejuízo dos artigos 26.º e 27.º, a Comissão pode decidir assumir as tarefas que haviam sido confiadas ao país parceiro, de forma a prosseguir a implementação das atividades em nome desse país, depois de o informar por escrito.

Artigo 26.º - Suspensão da presente Convenção de Financiamento

26.1 A presente Convenção de Financiamento pode ser suspensa nos seguintes casos:

- A Comissão pode suspender a implementação da presente Convenção de Financiamento se o país parceiro não cumprir uma obrigação que lhe incumbe por força da mesma.
- A Comissão pode suspender a implementação da presente Convenção de Financiamento em caso de incumprimento pelo país parceiro de uma obrigação prevista nos procedimentos e documentos normalizados referidos nos artigos 1.º, 4.º, 5.º e 6.º das presentes Condições Gerais.
- A Comissão pode suspender a presente Convenção de Financiamento se o país parceiro não cumprir uma obrigação relacionada com o respeito pelos direitos humanos, os princípios democráticos e o Estado de direito, bem como em casos graves de corrupção.
- A presente Convenção de Financiamento pode ser suspensa em caso de força maior, definida em seguida. Entende-se por «força maior» qualquer situação ou acontecimento imprevisível e excecional, independente da vontade das Partes e não imputável a uma falta ou negligência de uma delas (ou de um dos seus contratantes, mandatários ou empregados), que impeça uma das Partes de respeitar as suas obrigações contratuais e que não tenha podido ser superado apesar de todos os esforços envidados. Não podem ser invocados como casos de força maior os defeitos de equipamento ou de material, ou os atrasos na sua disponibilização, conflitos laborais, greves ou dificuldades financeiras. Não se pode considerar que uma das Partes não cumpriu as suas obrigações se esse incumprimento se dever a motivos de força maior e se a outra Parte for desse facto devidamente informada. A Parte confrontada com um caso de força maior comunicará sem demora esse facto à outra Parte, precisando a sua natureza, duração provável e efeitos previsíveis do problema, e tomará todas as medidas para minimizar os eventuais danos.

- Não se pode considerar que uma das Partes não cumpriu as suas obrigações ao abrigo da presente Convenção de Financiamento se tiver sido impedida de o fazer por um caso de força maior, desde que tenha tomado as medidas necessárias para minimizar os eventuais danos.
- 26.2 A Comissão pode suspender a presente Convenção de Financiamento sem aviso prévio.
- 26.3 A Comissão pode tomar as medidas cautelares adequadas antes de a suspensão produzir efeitos.
- 26.4 Aquando da notificação da suspensão, devem ser indicadas as consequências para os contratos públicos, os contratos de subvenção, as convenções de delegação e os orçamentos-programa em curso.
- 26.5 A suspensão da presente Convenção de Financiamento não prejudica a suspensão dos pagamentos e a rescisão da presente Convenção de Financiamento pela Comissão em conformidade com os artigos 18.º e 27.º das Condições Gerais.
- 26.6 As Partes retomarão a implementação da convenção de financiamento assim que as condições o permitirem e após aprovação prévia, por escrito, da Comissão, sem prejuízo de quaisquer alterações da presente Convenção de Financiamento que possam ser necessárias para adaptar a ação às novas condições de implementação, incluindo, se possível, a prorrogação do período de implementação, ou a rescisão da presente convenção de financiamento em conformidade com o artigo 27.º.

Artigo 27.º - Rescisão da presente Convenção de Financiamento

- 27.1. Se os problemas que conduziram à suspensão da convenção de financiamento não forem resolvidos no prazo máximo de 180 dias, qualquer das Partes pode rescindir a convenção de financiamento mediante um pré-aviso de 30 dias.
- 27.2. A presente Convenção de Financiamento termina automaticamente se não tiver sido assinado nenhum contrato de implementação nos prazos indicados no artigo 2.º.
- 27.3 Aquando da notificação da rescisão, devem ser indicadas as consequências para os contratos públicos, os contratos de subvenção e os orçamentos-programa em curso.

Artigo 28.º - Modalidades de resolução de litígios

- 28.1 Qualquer litígio relacionado com a convenção de financiamento que não tenha podido ser resolvido no prazo de seis meses através das consultas entre as Partes previstas no artigo 24.º das presentes Condições Gerais pode ser resolvido através de arbitragem a pedido de uma das Partes.

Se o país parceiro for um Estado ACP ou um organismo ou organização regional ACP e a ação for financiada pelo FED, previamente à arbitragem e após as consultas previstas no artigo 24.º das presentes Condições Gerais, o litígio deve ser submetido à apreciação do Conselho de Ministros ACP-CE ou, entre as reuniões deste último, ao Comité de

Embaixadores ACP-CE, em conformidade com o artigo 98.º do Acordo de Parceria ACP-CE. Se o Conselho ou o Comité não conseguirem resolver o litígio, qualquer das Partes pode solicitar a resolução por arbitragem em conformidade com o artigo 28.º, n.ºs 2, 3 e 4.

- 28.2 Cada uma das Partes designa um árbitro no prazo de 30 dias a contar da data do pedido de arbitragem. Se tal não se verificar, qualquer uma das Partes pode solicitar que o Secretário-Geral do Tribunal Permanente de Arbitragem (Haia) nomeie um segundo árbitro. Os dois árbitros nomeiam, por sua vez, um terceiro árbitro no prazo de 30 dias. Se tal não se verificar, qualquer das Partes pode solicitar que o Secretário-Geral do Tribunal Permanente de Arbitragem nomeie um terceiro árbitro.
- 28.3 Salvo decisão em contrário dos árbitros, é aplicável o procedimento previsto no Regulamento Facultativo de Arbitragem do Tribunal Permanente de Arbitragem para os Estados e as Organizações Internacionais. As decisões dos árbitros são tomadas por maioria no prazo de três meses.
- 28.4 Cada uma das Partes é obrigada a tomar as medidas necessárias para aplicar a decisão dos árbitros.